A ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES DE COLETA SELETIVA NA COOPERATIVA FILHOS DO SOL, EM BELÉM DO PARÁ: UM OLHAR DO SERVIÇO SOCIAL

Michele Lima de SOUZA

SOUZA. Michele Lima de. **A organização dos trabalhadores de coleta seletiva na Cooperativa Filhos do Sol, em Belém do Pará: um olhar do Serviço Social.** Projeto de investigação científica do Curso de Serviço Social – Centro Universitário Fibra, Belém, 2017.

O interesse pela problemática em tela deve-se à experiência anterior (2004) junto à primeira cooperativa de catadores de lixo de Belém do Pará e região metropolitana, e da Cooperativa de Trabalhadores Profissionais do Aurá – COOTPA. A área do trabalho que pode ser desenvolvida em instâncias pública ou privada, pelo Serviço Social, se acentua aqui na dimensão de apreender e promover o trabalho desenvolvido por camadas populares que estão à margem socialmente, sem condições de prover sua sustentabilidade e de seus dependentes. Considera-se, assim, importante refletir sobre a organização dos/das trabalhadores/as de coleta seletiva a Cooperativa Filhos do Sol, localizada na Tv. Pe.

Eutíquio, nº 2647, Belém – Pará. Os aspectos teóricos que fundamentaram a elaboração do projeto consideraram a categoria trabalho um norte para as discussões e o processo de formação do Serviço Social, considerando que o trabalho é o meio pelo qual o homem garante sua vida e, conforme diz Antunes (1999), uma forma de produção e reprodução humana. A organização dos catadores de coleta seletiva no município de Belém tem despertado interesse a partir fechamento dos “lixões” em todo o Brasil, por meio da implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS, normalizada pela Lei nº 12.305/2010 e regulamentada pelo Decreto nº 7.404/2010, que instituiu diversas incumbências aos gestores públicos, dentre elas, a de inserir os catadores de resíduos sólidos, organizando-os em grupos, associações, cooperativas. Desde o ano de 2002, o catador é reconhecido no código brasileiro de ocupações como profissional Catador de Material Reciclável. Em 2014, por ocasião da implementação da PNRS, o Lixão do Aurá era considerado o segundo do Brasil em número de catadores. Em 2010, a Lei Federal 12.305 determinou que os lixões do país fossem fechados até agosto de 2014. No Brasil, os lixões passaram a ser substituídos por

aterros sanitários, e os resíduos recicláveis deixaram de ser enviados para esses locais, mesmo que a população ainda não tivesse conscientização da separação adequada de todo o lixo produzido. O fechamento do Lixão do Aurá foi justificado mediante os riscos para o meio ambiente e comprometimento do uso saudável da água dos rios da qual a população se utiliza. Em 2012, o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura -- CREA condenou a intenção da PMB de elevar as montanhas de lixo correspondentes a 20 metros (limite final) para 30 metros (equivale a um prédio de 10 andares), pois a pressão adicional de lixo aceleraria o grave problema de infiltração no solo de chorume e lama. A problemática do fechamento do lixão girava em torno de não haver local sanitariamente e ambientalmente seguro para depósito de lixo. Em novembro de 2012, os catadores foram impedidos, no espaço, de trabalhar. O fato gerou um protesto de mais de cem catadores na entrada do Lixão do Aurá. Apesar de ser um quantitativo pequeno, em relação ao grupo que ocupava o lixão, essa e outras manifestações ocorreram porque os catadores não admitiam sair do local. Declaram ser a única atividade que sabem desenvolver. Segundo dados do Instituto de

Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Censo 2010, existiam no Brasil de 400 a 600 mil catadores, dos quais apenas 10% estavam relacionados a uma organização, e ainda a Cadastro Único. No Pará atuavam 9.961 catadores, sendo 7.507 homens e 2.454 mulheres. Isso significava que 3% da população do Estado do Pará viviam nos lixões em péssimas condições de trabalho. Existiam no Brasil, em 2010, 398.348 pessoas ocupadas como “Coletores de lixo” – código de subgrupo 961 da CBO Domiciliar do IBGE. Desse total, 226.795 eram “Coletores de lixo e material reciclável” (subgrupo 9611), 164.168 declararam-se “Classificadores de resíduos” (9612) e 7.385 eram “Varredores e afins” (9613). Em 2013, um ano antes da implementação da PNRS, em Belém, o IPEA divulgou existência de 387.910 pessoas em todo o território brasileiro que se declararam catadoras e catadores como sua ocupação principal. A diversidade de fatores e situações que caracterizam catadores e catadoras traz à tona a necessidade de pesquisa para melhor entender a realidade social vivenciada por esses sujeitos. É importante trabalhar a capacitação por meio da educação informal, por meio do censo comum de conhecimento (PARO, 2010), para

ESSES trabalhadores constituíram-se em grupos organizados, haja vista que a maioria dos/as catadores/as não faz parte de cooperativas ou associações. Em 2013, houve a primeira reunião conjunta entre os prefeitos de Belém e Ananindeua, secretários municipais e integrantes do MP. Todos assinaram carta com seis pontos na área de meio ambiente. Um deles trata da implementação da lei da PNRS, a desativação do lixão do Aurá e a recuperação da área, implantação da coleta seletiva e logística reversa, compromissos da referida política. Ficou definido que haveria o cancelamento do contrato firmado no final de 2012 com a CTR Guajará, que previa uma gestão de 25 anos. Ainda nesse ano, as prefeituras de Belém, Marituba e Ananindeua assinaram um Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, proposto pelo Ministério Público do Estado – MPE, comprometendo-se a adequar o destino do lixo. Em 2013, a PMB realizou um levantamento no Lixão do Aurá, por meio da Secretária Municipal de Saneamento (SESAN). Foi constatado que havia 1.720 catadores cadastrados. Em seguida, equipes da prefeitura realizaram ações de inclusão social por meio da emissão de documentos, inclusão das famílias nos programas e benefícios federais. Além de cursos de

formação profissional para que os catadores pudessem desempenhar outras funções. A PMB também sinalizou que diversos profissionais seriam contratados para atuar no serviço de limpeza urbana. Mas essa ação não rendeu muito aos sujeitos. Em 2014, ano previsto para o cumprimento das normas instituídas pela PNRS, já havia 1.822 cadastrados. Com a decisão Federal de fechamento do Lixão, em 2014, os catadores passaram a manifestar suas insatisfações diante da falta de informações sobre o processo de encerramento do Lixão e da abertura de um aterro sanitário controlado. O aterro sanitário de Marituba entrou em funcionamento em 2015, em Ananindeua, região metropolitana de Belém. Em 2017, a Secretaria de Meio Ambiente de Belém – SEMA e a Universidade Federal do Pará – UFPA analisaram o plano emergencial do Aterro Sanitário de Marituba. O plano possui alternativas para eliminar o odor e o excesso de chorume, e reduzir o impacto ambiental. Para a coleta de dados foram utilizados os métodos de roda de diálogos, os instrumentais de observação e entrevista, o uso de documentos da cooperativa (ata de fundação e estatuto), fontes bibliográficas, constituindo uma pesquisa qualitativa e de natureza exploratória. Em relação aos

aspectos éticos, o projeto utilizou-se um Termo de Consentimento Livre Esclarecido -- TCLE. A revisão da literatura possibilitou conhecer o andamento da implementação da PNRS e suas garantias na organização dos/das catadores/as de resíduos sólidos em Belém. Foram observadas dificuldades vivenciadas pelos/as trabalhadores/as, inerentes à formação do Serviço Social, estabelecendo-se como um meio para afirmar a sua relação com o conhecimento científico, que promove a valorização do senso comum para garantia da promoção social, econômica e de empoderamento da classe em situação de vulnerabilidade. A hipótese de que a cooperativa poderia apresentar conflitos que prejudicasse sua organização foi afirmada. A cooperativa apresenta conflitos de relacionamento interpessoal, e familiar. Os/as cooperados/as relataram não ter recebido cursos de capacitação da PMB. As dificuldades encontradas para expansão e divulgação do trabalho coletivo bem como para a comercialização puderam ser observadas em virtude da deficiência de acesso à educação qualificada e ainda do incentivo do poder público para a capacitação em relação à inserção no mercado desse segmento. A cooperativa se sustenta

contando apenas com a experiência familiar. A difícil realidade de implementação da PNRS foi capaz de afirmar que ainda serão experimentadas muitas ações reivindicatórias. Não fosse o comprometimento das relações de “trabalho” que as pessoas realizavam no antigo Lixão do Aurá, a questionar a necessidade de garantir a conscientização da população no cuidado com o meio ambiente e a separação adequada do lixo, esse cenário estaria ainda mais polêmico. A empresa Revita, que dirige os serviços no aterro sanitário de Marituba, também desenvolve trabalho em São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraíba, e Salvador, por exemplo, com máquinas melhores que as colocadas no aterro de Marituba. Segundo informações de um grupo de trabalhadores de carro coletor de lixo na RMB, a empresa transporta diariamente cerca de 20 carros de chorume de Belém para Salvador, objetivando fazer uma espécie de purificação deste resíduo, trazendo-o de volta para Belém, configurando-se em um custo elevado para a manutenção desse serviço. Informaram ainda que a capacidade do aterro de Marituba foi extrapolada e contém, na realidade, 15 piscinas de chorume, enquanto foi projetada para apenas duas, o que se configura em

um extremo crime ambiental. Alguns cooperados aguardam o caminhão de coleta para arrecadação de papel em pontos específicos da cidade (uma dificuldade era contar com a atenção dos trabalhadores, pois um momento que paravam para responder às questões, estavam deixando de ganhar). O papel é o material que mais rende à cooperativa. O papelão é o mais rentável pago pela Ripel, uma das maiores compradoras de material reciclável. Segundo a administradora, a venda para essa empresa é relevante porque ela paga na hora e oferta todo o maquinário de retirada do papel, inclusive o carro Munck guincho. Na ocasião foi possível observar o interesse de um dos cooperados em cursar nível superior. Isso gera uma reflexão sobre a importância da educação também para esse grupo. Reflete-se que a partir do momento em que os trabalhadores cooperados possam a se reconhecer enquanto sujeitos dessa relação de trabalho conhecendo e reconhecendo o contexto e suas entrelinhas, poderão se tornar ícones nessa forma de trabalho. Há catadores ainda no antigo Lixão do Aurá. Outro ponto que chamou atenção foi de uma cooperada exposta ao sol separando o material das *bags*, que a população deposita misturando material reciclável com

restos de alimento. O valor recebido é dividido com os demais, seguindo o estabelecido no cooperativismo. Sobre a possibilidade de dividir essa tarefa, ela declarou que não gosta de ensinar, não tem paciência, então prefere separar sozinha, apesar de ficar sobrecarregada. A atividade de catador é um ciclo que se estende na família. Os catadores que permanecem no Aurá têm esperança que este seja reaberto. Esses trabalhadores têm orgulho em ter criado seus filhos e mudado de sua condição de vida com a atividade de catador. Mas não desejam que seus netos e bisnetos sigam esse ofício, como seus filhos o fizeram por vontade própria. Muitas vezes investem para que seus filhos tenham acesso à escola, mas não obtêm êxito. Essas colocações levam a refletir sobre a conformação da condição socioeconômica precária dos catadores, sem possibilidade de questionar, de lutar contra o sistema. Os aspectos negativos: brigas, falta de confiança entre os membros, o fato da cooperativa não ter sede própria e dividir o espaço com outros três grupos não formalizados, geram conflitos porque os materiais a serem reciclados às vezes se misturam. A PMB, quando contribui, quer impor coisas que não correspondem às necessidades do grupo. Alguns

disseram se sentirem estigmatizados. Embora reconheçam que o trabalho não dá para terem boa renda, gostam de realizá-lo. Muitos para garantir o sustento familiar vendem produtos de beleza. Descrevem o trabalho como prejudicial à saúde. Há quem ensine os novatos do grupo a como separar o lixo. A constituição do grupo é instável. São disponibilizados quatro funcionários no local de responsabilidade da PMB, dois em cada turno dentre eles dois vigilantes, além de ser pago um vigilante aos fins de semana pela cooperativa. Instituições de ensino promoveram a capacitação inclusive para separação adequada do lixo eletrônico, uma nova demanda da coleta. Mas a maioria do grupo foi resistente em participar. A Cooperativa Filhos do Sol é uma possibilidade de superar as contradições do mundo do trabalho. Mas a organização do grupo depende da conscientização dos seus membros sobre a valorização da atividade que realizam, como garantia e estabilidade no mercado, enquanto estabelecimento da cidadania, de acordo com as contribuições de Meksenas (2002), do poder e da organização, da cooperativa, além do apoio efetivo do poder público. Souza e Gonçalves (2011) apresentam que, no estado do Pará, organizações

associativas ou de natureza cooperada, de modo geral, apresentam dificuldades que se estendem entre a falta de incentivo por parte do poder público local e do relacionamento entre os associados. E isso é uma realidade que pode ser desfeita ou amenizada a partir da gestão adequada por meio de cursos de capacitação em gestão, relações interpessoais, realizados em sua por Instituições de Ensino Superior – IES ou Organização Não Governamental – ONG. Mas a questão é que tais formações ocorrem de forma pontual e os grupos acabam ficando à mercê do poder público ou de instituições de natureza formativa. Os catadores aguardam a contratação da PMB para atuar formalmente, assim como ocorreu com alguns grupos retirados do Aurá. Nenhum conhecimento pode ser criticado e/ou desconsiderado quanto a seu valor. Foi observado que há certa acomodação e falta de interesse por parte da PMB. Até que ponto as cooperativas dessa natureza podem ser capazes de se promover e se estabelecer no mercado? Precisa-se repensar e recorrer os meios que possam promover esse trabalho, mas antes disso o/a trabalhador/a cooperado/a deve ter consciência da

importância da gestão participativa, que está além da “mera” arrecadação de resíduos sólidos.

PALAVRAS-CHAVE: Coleta seletiva. Cooperativa Filhos do Sol. Belém do Pará: Serviço Social.

REFERÊNCIAS

ANTUNES; Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 1999.

MEKSENAS. Paulo. **Cidadania, poder e comunicação.** São Paulo: Cortez, 2002.

PARO, Vitor Henrique. **Educação como exercício do poder: crítica ao senso comum em educação.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SOUZA, Michele Lima; GONÇALVES, Lissany Braga. Cooperativismo e associativismo como estratégias de desenvolvimento local: uma abordagem sobre empreendimentos no Baixo Tocantins Pará *In Estrategias y acciones de Desarrollo Rural através de Cooperativas y Emprendimientos Solidarios.* Coordian José Daniel Gómez López (Universida de Alicante) y Maria José de Souza Barbosa (Universidad Federal de Pará). (2011).